



## **SOBRE AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA POBREZA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL E NO MARANHÃO**

Entrevista realizada por SALVIANA DE MARIA PASTOR SANTOS SOUSA<sup>1</sup> com LISANDRA NAZARE ROMA ASSUNCAO LEITE<sup>2</sup>

**A atual edição do Boletim Periódico do Observatório Social e do Trabalho, articulado ao eixo da Pobreza enfoca a situação de crianças e adolescentes comparando dados do Maranhão com os do Brasil, com suporte na mais recente pesquisa produzida e publicizada pelo UNICEF. Com base em seus conhecimentos, articulação com essa organização e produção sobre esse campo temático, indago:**

**ENTREVISTADORA:** *como o Unicef atua na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes?*

**ENTREVISTADA:** O UNICEF entende que o Brasil conseguiu promover, nas últimas décadas, um forte processo de inclusão de crianças e adolescentes nas políticas públicas; entretanto, uma significativa parcela dessa população continua excluída do acesso a direitos básicos. Por isso, no Brasil, o UNICEF trabalha pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente, mas concentra principalmente seus esforços nas meninas e meninos mais excluídos, vulneráveis e vítimas de formas extremas de violência. Para fazer isso, define suas ações no país através de um programa de cooperação com o Governo Federal, sempre tendo como base uma análise compreensiva da realidade de meninos e meninas e como referência a *Convenção sobre os Direitos da Criança*, além das legislações nacionais, como o *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

Um dos eixos centrais da atuação do UNICEF no Brasil é a incidência em políticas públicas – atuar junto aos governos em seus vários níveis, para ampliar, qualificar e potencializar ações que reduzam as desigualdades e garantam direitos. Uma das formas de fazer isso é a partir da produção de pesquisas e da geração de evidências que ajudem a tirar questões importantes da invisibilidade e entender com mais profundidade a realidade desafiadora de meninos e meninas para buscar alternativas concretas de transformação. Com um conhecimento mais sólido sobre o contexto em que vivem as crianças e adolescentes, há mais elementos para promover ações contínuas de *advocacy* e prestar apoio técnico às equipes governamentais para criar, fortalecer e aprimorar políticas. A isso, se junta a promoção de ações de engajamento da sociedade, especialmente de mobilização de adolescentes e de sensibilização de atores diversos para temáticas desafiadoras, como o enfrentamento à violência.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas. Professora Titular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integra o corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGP) da UFMA. Membro do Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza (Gaep-UFMA).

<sup>2</sup> Graduada em Direito e em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão. Presidiu o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão. Foi consultora da UNESCO para os programas de prevenção ao envolvimento de jovens com a violência e também atuou como consultora do UNICEF para a Plataforma dos Centros Urbanos. Foi Secretária Adjunta de Direitos de Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP/MA. Atualmente é Oficial de Programas do Unicef.



Um componente importante dessa estratégia de atuação é a presença no território. Além do escritório central em Brasília, o UNICEF possui oito escritórios zonais (em Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo) e um escritório temporário em Boa Vista, que tem foco principal na questão migratória. Com essa configuração geográfica, busca-se reforçar as ações no Norte e Nordeste do país, e nos grandes centros urbanos, onde há uma maior concentração de crianças e adolescentes em situação de exclusão. As principais plataformas de ação do UNICEF têm como base essa ação territorial: o Selo UNICEF, que fomenta compromissos para a garantia dos direitos de crianças e de adolescentes no Semiárido e na Amazônia Legal brasileira; e a #AgendaCidadeUNICEF, que atua pela redução das desigualdades intramunicipais e pelo enfrentamento às violências nas grandes cidades.

A ação contempla áreas fundamentais do direito de crianças e adolescentes: educação, saúde e nutrição, proteção contra as violências, cidadania dos adolescentes, resposta e preparação a emergências e crises humanitárias e água, saneamento e higiene.

**ENTREVISTADORA:** *as ações do Unicef no Maranhão voltadas para a atuação na área da criança e do adolescente são as mais importantes considerando a realidade atual?*

**ENTREVISTADA:** O UNICEF busca sempre construir sua ação a partir da geração de evidências e da análise de indicadores relacionados às políticas públicas necessárias para promover as mudanças que queremos alcançar com o envolvimento de todos. Por outro lado, o programa de cooperação acordado com o governo brasileiro traz as diretrizes para a atuação nacional do UNICEF, construídas a partir dos resultados das experiências locais identificadas, apoiadas e avaliadas pelos escritórios zonais. Ou seja: a estratégia é nacional, mas o olhar é territorial.

Entretanto, apesar de abrangente, o programa de país precisa definir prioridades de atuação e considerar a capacidade de operação da organização e isso significa que nem todas as questões serão abordadas com a mesma intensidade ou foco que exigiria a desafiadora realidade de um país como o Brasil. Então, pode-se dizer que as ações que desenvolvemos hoje, no Maranhão, são as que consideramos as prioritárias para o período planejado, a partir da análise da realidade. Mas o processo de planejamento contempla uma constante ação de monitoramento e avaliação que pode redefinir as estratégias também a partir do diálogo com as comunidades, com os governos, com especialistas e com as próprias crianças e adolescentes.

**ENTREVISTADORA:** *o Selo Unicef reconhece e certifica municípios que desenvolvem políticas públicas relevantes para promover o direito das crianças e dos adolescentes. Essa ação tem funcionado no Maranhão? em caso positivo, quais municípios têm se destacado e de que forma?*

**ENTREVISTADA:** A última edição do Selo UNICEF contou com a adesão de todos os 216 municípios maranhenses elegíveis (a capital é convidada a participar de outra plataforma, a #AgendaCidadeUNICEF). Ao final da edição, aproximadamente 180 municípios continuavam ativos na execução das atividades propostas e 130 foram certificados.

Ao longo da jornada, os municípios são provocados a realizar ações que impactem positivamente em indicadores importantes para a garantia de direitos, como a ampliação da cobertura vacinal ou a



redução nos percentuais de gravidez na adolescência. Além disso, precisam realizar uma série de ações de fortalecimento e aprimoramento de políticas públicas, com metas definidas a partir da realidade de cada município. Para completar, têm o compromisso de realizar ações de participação cidadã e gestão por resultados, garantindo a participação de adolescentes e o fortalecimento dos espaços de participação social no município, como os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente.

Esse conjunto de resultados a serem alcançados geram uma dinâmica de envolvimento dos municípios com o debate sobre os direitos das crianças sob vários aspectos e envolvendo políticas diferentes. Na edição passada, por exemplo, 177 municípios do Maranhão criaram seus comitês de gestão colegiada da rede de proteção e cuidados de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, como preconizava a Lei 13.431 (Lei da Escuta Protegida) desde 2017. Todo esse debate em torno de políticas de proteção contra violências fomentou a discussão de fluxos e protocolos de atendimento integrados a vítimas de violência, que serão aprimorados na próxima edição.

Desta forma, mais interessante que destacar alguns municípios dentre os 130 certificados, seja apontar que, de forma geral, os municípios que participam do Selo e os que são certificados conseguem avançar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes mais que a média geral. Um exemplo disso é a redução da taxa de abandono escolar: no Brasil, de 2019 a 2023, o abandono escolar caiu 38%, enquanto nos 924 municípios certificados, a queda foi maior, de 47%. Estratégias como a Busca Ativa Escolar e a oferta de formação para professores sobre práticas de qualidade no ensino fundamental ajudaram a consolidar essa redução mais acentuada na taxa de abandono.